



## 1. INTRODUÇÃO

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) têm um papel importante no desenvolvimento e na economia do Brasil. Elas são responsáveis pela produção de grande parte do total de bens e serviços e pelo emprego de grande contingente de mão de obra com diversos níveis de qualificação, além de contribuírem com a arrecadação de impostos e estimularem a inovação e a competição.

No entanto, a taxa de mortalidade das MPMEs ainda é elevada, embora se observe tendência de queda na taxa de fechamento de empresas (Sebrae, 2013). Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos caiu de 26,4% (nascidas em 2005) para 24,4% (nascidas em 2007) (Sebrae, 2013).

A dificuldade de obter financiamento é sempre citada como uma das razões para o fechamento das empresas (Machado; Espina, 2007; Sebrae, 2007; Zica; Martins, 2008). Segundo Zica e Martins (2010), as MPMEs têm encontrado muitas dificuldades para obter financiamento, seja em instituição financeira pública ou privada.

Para estimular o empreendedorismo e a sustentabilidade das MPMEs, o governo brasileiro adotou diversas medidas. Em 2013, por exemplo, o segmento das MPMEs recebeu recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no montante de R\$63,5 bilhões, crescimento de 26,8% em relação ao ano anterior (Gandra, 2014). Apesar disso, as MPMEs ainda enfrentam muitas dificuldades para obter financiamento bancário (MDIC, 2013).

O objetivo deste estudo foi investigar

as questões relativas à obtenção de financiamento bancário pelas MPMEs. Assim, o trabalho levantou: a) as operações de financiamento mais utilizadas pelas MPMEs; b) as principais razões apontadas pelas instituições financeiras para não conceder financiamento às MPMEs; c) a finalidade das operações de financiamento; d) o conhecimento dos proprietários de MPMEs sobre os fundos garantidores de crédito. A pesquisa estudou as MPMEs localizadas no estado de São Paulo, inscritas no cadastro do DEMPI (Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria) da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Apesar da relevância das MPMEs para a economia e a geração de empregos, existe uma carência de estudos e pesquisas sobre o segmento no Brasil. Não foram encontradas pesquisas acadêmicas que estudaram as MPMEs com a mesma abordagem do presente estudo.

O Sebrae (2015a) reconhece que um dos maiores problemas nos estudos sobre MPMEs é a escassez de informações e de estatísticas atualizadas, o que ocasiona uma lacuna de conhecimento. O presente estudo contribui para diminuir essa lacuna ao ampliar o conhecimento sobre o tema.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. DEFINIÇÃO DE MICRO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

Não existe um critério único para definir o porte das empresas (Lima, 2001). As classificações variam de país para país e de acordo com as políticas de apoio e promoção (Souza; Mazzali, 2008). Os critérios quantitativos mais utilizados para

Tabela 01 – Porte segundo a classificação do Sebrae

PORTE	ATIVIDADE ECONÔMICA	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 09 pessoas ocupadas
Pequena Empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média Empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande Empresa	Acima de 500 pessoas ocupadas	Acima de 100 pessoas ocupadas

Fonte: Sebrae (2015a).

definir o porte das empresas são número de empregados, receita operacional bruta anual e faturamento bruto anual. No Brasil, as classificações variam dependendo do órgão/entidade. O Sebrae define o porte em função do número de pessoas ocupadas e do setor de atividade econômica (Tabela 01).

## 2.2. IMPORTÂNCIAS DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Em 2013, na maioria dos países, as grandes empresas não representavam mais de 5% do total de empresas existentes (London, 2013). O relatório anual elaborado pela *European Commission* (Annual Report on European Smes 2013/2014, 2014) aponta o importante papel que as MPMEs tiveram na recuperação da economia dos 28 países da União Europeia (UE). Em 2013, elas representavam 99,8% do total de 21,2 milhões de empresas não financeiras; empregavam 88,8 milhões de pessoas (66,9% do total de empregos) e representavam 58,1% do PIB (Tabela 02).

Tabela 02 – Nº de empresas, nº de empregos, participação no PIB das MPMEs na UE em 2013

PORTE	Nº DE EMPRESAS (%)	Nº DE EMPREGOS (%)	PIB (%)
Microempresa	92,4	29,1	21,6
Pequena Empresa	6,4	20,6	18,2
Média Empresa	1,0	17,2	18,3
MPMEs	99,8	66,9	58,1
Grande Empresa	0,2	33,1	41,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Annual report on European SMEs 2013/2014 (2014: 15).

Em 2013 no Brasil, o universo das MPMEs representava 99% do total de empresas do país. O segmento foi responsável pela geração de cerca de 67% dos empregos formais, por 59,3% da massa salarial e por 27% do PIB (Sebrae, 2015a) (Tabela 03).

## 2.3. O FINANCIAMENTO NAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A decisão de financiamento é uma das três decisões financeiras que o empresário precisa tomar para atingir o objetivo de maximizar o valor da empresa. As outras duas são: decisão de investimento e decisão de alocação do resultado líquido. A empresa pode utilizar capital próprio e capital de terceiros para financiar suas atividades. O capital próprio é formado por recursos dos proprietários. Já o capital de terceiros é formado por recursos financeiros onerosos, como as linhas de crédito bancárias, e por recursos financeiros não onerosos, como o pagamento de fornecedores a prazo (Lemes Júnior; Pisa, 2010).

Muitas pesquisas mostram que os empréstimos bancários são a fonte de financiamento mais utilizada pelas MPMEs (MDIC, 2013). No Brasil, as linhas de crédito bancárias podem ser classificadas, segundo a origem, em crédito direcionado e crédito livre.

No caso dos recursos livres, as taxas de juros, os prazos e as garantias são determinadas pelo mercado. Os recursos são de fontes privadas e são constituídos de linhas de crédito em bancos privados e públicos. São exemplos, as contas garantidas e o desconto de duplicatas.

Tabela 03 – Nº de empresas e distribuição de empregos por porte no Brasil em 2013

PORTE	Nº DE EMPRESAS (%)	Nº DE EMPREGOS (%)
Microempresa	92,8	23,5
Pequena Empresa	6,2	28,6
Média Empresa	0,6	15,4
MPMEs	99,6	67,5
Grande empresa	0,4	32,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Sebrae (2015b: 49 e 181).

Já nos recursos direcionados, encontram-se os empréstimos do BNDES. Esses créditos têm sua aplicação definida nos programas de crédito de fomento (Banco Central do Brasil, 2013).

Quanto à finalidade, os empréstimos bancários podem ser destinados a: capital de giro, investimento fixo e capital de giro associado a um investimento fixo (BNDES, 2015). Dentre as alternativas de financiamento de curto prazo, disponíveis no mercado, podem ser citadas as seguintes: contas garantidas, antecipação de recebíveis, crédito rotativo, vendor, comprar (Ross et al., 2013). Para financiamento de longo prazo, as MPMEs contam com os recursos do BNDES. São exemplos: BNDES Automático para projetos de investimento, BNDES Finame para financiamento de máquinas, equipamentos e bens de informática (Bndes, 2015).

A proporção de MPMEs que tomou empréstimo em banco cresceu nos últimos anos, passando de 10% em 2009 para 24% em 2014 (Sebrae, 2014b). No entanto, essas empresas enfrentam muitas dificuldades para obter financiamento, seja em instituições financeiras públicas ou privadas (Zica; Martins, 2010).

O Sebrae (2014a) realizou uma pesquisa com o objetivo de avaliar as principais características do universo dos pequenos negócios no Brasil, quanto à questão do seu financiamento. A amostra era formada por 5.341 empresas, de todos os estados do Brasil. Quanto ao porte, a amostra era composta por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, dos setores: indústria, comércio, serviços e construção. O período de coleta de dados foi de julho a outubro de 2013. Os resultados mostraram que, das empresas que solicitaram financiamento bancário, 83% conseguiram realizar a operação e 17% tiveram seu pedido negado. As principais razões apontadas pelos bancos para negar o financiamento foram: saldo médio insuficiente com 14% e insuficiência de garantias reais com 13%.

Pesquisa mais recente realizada pelo Sebrae (2014b) com o mesmo objetivo de avaliar as

principais características do universo dos pequenos negócios no Brasil, quanto à questão do seu financiamento, contou com uma amostra de 1.500 empresas, de todas as regiões do Brasil, dos setores: indústria, comércio e serviços. Quanto ao porte, as empresas da amostra englobavam microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. As entrevistas foram realizadas por telefone no período de agosto a setembro de 2014. A pesquisa revelou que, das empresas que solicitaram financiamento bancário, 28% tiveram seu pedido negado. As principais razões apontadas pelos bancos para não conceder o financiamento foram: conta corrente (ou empresa) muito nova com 11% e registro da empresa no Cadin/Serasa com 10%.

## 2.4. FUNDOS GARANTIDORES DE CRÉDITO

A baixa qualidade das informações disponibilizadas pelas MPMEs e as metodologias de análise de crédito utilizadas pelas instituições financeiras, que não são adequadas às peculiaridades das MPMEs, acabam criando barreiras de acesso ao crédito pelo segmento (Mdic, 2013).

Para compensar o risco percebido, as instituições financeiras exigem garantias para conceder empréstimos. A insuficiência de garantias é apontada como a principal restrição para a concessão de empréstimos para as MPMEs (Stiglitz; Weiss, 1981; Carvalho, Abramovay, 2004; Morais, 2008; Sebrae, 2009);

Para tentar minimizar esse problema, foram criados os fundos garantidores de crédito. Eles são uma alternativa para as MPMEs que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito (CNI, 2010). A utilização dos fundos aumenta a chance de as empresas terem seus financiamentos aprovados (CNI, 2000). Os quatro principais fundos são: Fundo de Aval, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, Fundo Garantidor de Investimentos e Fundo de Garantia de Operações.

O Fundo de Aval (FDA) é um fundo operado pela Desenvolve SP e conta com recursos do

Tesouro do Estado de São Paulo. Aplica-se a todas as linhas de financiamento exceto para operações de capital de giro. Já o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE) é um fundo do Sebrae e tem a finalidade exclusiva de complementar as garantias exigidas pelas instituições financeiras (Desenvolve SP, 2014).

O Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) é um fundo administrado pelo BNDES e oferece garantias às linhas de crédito oferecidas pelo BNDES (Cni, 2010). O Fundo de Garantia de Operações (FGO) é um fundo administrado pelo Banco do Brasil e oferece garantias às linhas de crédito de capital de giro e investimento (Cni, 2010).

### 3. METODOLOGIA

Segundo Kerlinger (1980: 321), a pesquisa “é dirigida para a solução de problemas práticos especificados em áreas delineadas e da qual se espera melhoria ou progresso de algum processo ou atividade, ou o alcance de metas práticas”.

Esta pesquisa classifica-se como exploratória, descritiva, de campo e bibliográfica. Segundo Vergara (2006), a pesquisa é exploratória quando há pouco conhecimento acumulado sobre o tema. É descritiva quando tem como objetivo descrever as características de determinada população. É de campo quando faz uma investigação empírica e é bibliográfica quando faz uso de material publicado em livros, revistas, internet, etc.

A fim de atingir o objetivo proposto, utilizou-se o método quantitativo. O universo da pesquisa é formado pelas MPMEs localizadas

no estado de São Paulo. A amostragem não probabilística foi adotada. Dentre os tipos de amostragem não probabilística foi utilizada a amostragem por acessibilidade, em que a seleção dos elementos é feita pela facilidade de acesso a eles. A amostra é formada por 359 empresas inscritas no cadastro do DEMPI da FIESP. Para classificação do porte foi utilizado o critério do Sebrae, pois é o critério mais utilizado em pesquisas (Morais, 2008).

A coleta de dados foi realizada em setembro de 2013. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas fechadas, enviado por e-mail ao proprietário das MPMEs. Utilizou-se a estatística descritiva para organizar, resumir e apresentar os dados (Stevenson, 1981).

O questionário estava dividido em três blocos. O primeiro caracterizava o respondente, com perguntas sobre cargo e escolaridade. O segundo bloco caracterizava a empresa com perguntas sobre localização, setor de atividade econômica e porte. O terceiro levantava informações sobre as operações de financiamento das empresas, com perguntas sobre as solicitações de financiamentos bancários no momento da pesquisa; a finalidade desses financiamentos; as operações de financiamento mais utilizadas; e o conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito.

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro bloco do questionário procurava caracterizar o respondente. Quanto ao cargo, 255 (71%) eram sócios da empresa e 302 (84,1%) tinham cargo de direção. Quanto à escolaridade, 306 (85,2%) tinham graduação

Tabela O4 – Porte e setor de atividade econômica das empresas da amostra

PORTE	ATIVIDADE ECONÔMICA							
	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Microempresa	102	44,9	26	57,8	48	55,2	176	49,0
Pequena Empresa	93	41,0	16	35,6	20	23,0	129	35,9
Média Empresa	32	14,1	3	6,6	19	21,8	54	15,1
Total	227	100,0	45	100,0	87	100,0	359	100,0

Fonte: Própria.



Tabela 05 – Percentual contratado em relação ao valor solicitado

PERCENTUAL CONTRATADO	n	%
20%	11	12,0
40%	24	26,1
60%	36	39,1
80%	21	22,8
Total	92	100,0

Fonte: Própria.

ou pós-graduação.

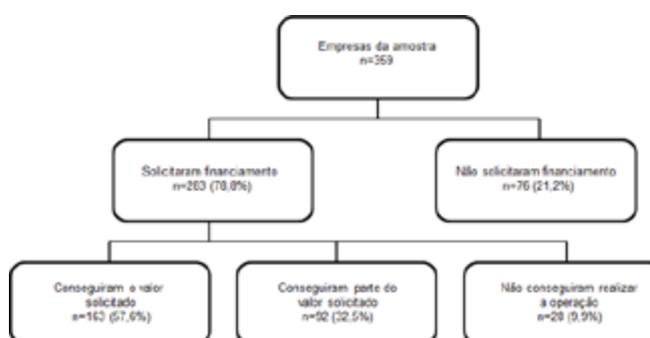
O segundo bloco caracterizava a empresa. Quanto à localização, 170 estavam localizadas na cidade de São Paulo. A Tabela 04 apresenta o porte das empresas, segundo o critério de classificação do Sebrae. A maioria (63,2%) é do setor indústria, 24,2% do setor de serviços e 12,5% do comércio. Cerca de 85% da amostra é formada por microempresas e pequenas empresas.

O terceiro bloco do questionário tinha como objetivo levantar informações sobre as operações de financiamento das empresas. Conforme a Figura 01, 283 empresas tinham solicitado financiamento bancário na época da realização da pesquisa. Essas solicitações foram feitas a bancos privados (54,6%) e a bancos públicos (45,4%). Das 283 empresas, 255 conseguiram realizar a operação, mas apenas 163 conseguiram receber o valor total solicitado. As demais 92 empresas conseguiram receber apenas parte do valor solicitado.

A porcentagem de empresas que solicitou financiamento bancário e teve seu pedido aprovado – sem considerar se conseguiu o valor total ou parte do valor solicitado – foi de 90,1%, maior que a porcentagem de 83%

da pesquisa do Sebrae (2014a).

Figura 01 – Empresas da amostra que solicitaram financiamento bancário



Fonte: Própria.

Das empresas que conseguiram receber parte do valor solicitado, 22,8% receberam 80% do valor, 39,1% receberam 60% do valor e 26,1% receberam 40% do valor (Tabela 05).

Foi solicitado a essas empresas que não conseguiram receber o valor total solicitado, que indicassem as razões apontadas pelos bancos para não conceder o financiamento no valor solicitado. As duas principais razões foram: saldo médio insuficiente (25,9%) e garantias reais insuficientes (19,3%). A pesquisa realizada pelo Sebrae (2014a) apontou as mesmas razões para a não concessão de financiamento pelos bancos.

A Tabela 06 mostra a finalidade da

Tabela 06 – Finalidade da operação de financiamento

FINALIDADE	n	%
Capital de giro	77	27,2
Investimento	62	21,9
Capital de giro associado a investimento	144	50,9
Total	283	100,0

Fonte: Própria.

operação de financiamento. Mais da metade das empresas da amostra (50,9%) solicitou financiamento para capital de giro associado a investimento fixo. Em segundo lugar ficou o financiamento para capital de giro e em terceiro lugar, o financiamento

capital de giro (22%), financiamento de máquinas, equipamentos e *softwares* (17,8%) e financiamento de veículos (14,8%).

Chama a atenção o fato de algumas empresas contratarem operações de curto prazo para financiar investimentos

Tabela 07 – Operações de financiamento vs finalidade do financiamento

OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	FINALIDADE			
	Capital de giro		Investimento	
	n	%	n	%
Cheque especial	155	15,4	112	14,3
Conta garantida	120	11,9	86	11,0
Desconto de duplicatas	138	13,7	83	10,6
Cartão de crédito	40	4,0	29	3,7
Desconto de cheques	58	5,8	39	5,0
Capital de giro (até 24 meses)	246	24,5	172	22,0
Financiamento de veículos	129	12,8	116	14,8
Financiamento de máquinas, equipamentos e <i>softwares</i>	111	11,0	139	17,8
Antecipação de contrato de câmbio (ACC) exportação	9	0,9	7	0,8
Total	1006	100,0	783	100,0

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa. Fonte: Própria.

para novos investimentos.

Quanto às várias modalidades de operações de financiamento disponíveis às MPMEs, quando a finalidade era capital de giro, as operações mais realizadas foram: empréstimo para capital de giro (24,5%), cheque especial (15,4%) e desconto de duplicatas (13,7%) (Tabela 07). Na pesquisa realizada pelo Sebrae (2014a), o cheque especial também apareceu em segundo lugar, porém com uma frequência de uso bem maior. O cheque especial é uma modalidade de financiamento mais cara que o empréstimo bancário. Sua utilização pelas MPMEs sugere dificuldade de acesso a modalidades de financiamento com taxas de juros mais baixas.

Quando a finalidade era financiamento para investimento, as operações que mais se destacaram foram: empréstimo para

de longo prazo e outras contratarem operações de longo prazo para financiar capital de giro. Esse comportamento precisa ser melhor investigado.

Das 283 empresas que solicitaram financiamento bancário, a Tabela 08 apresenta o porte e a finalidade do financiamento. As microempresas solicitaram mais financiamento para capital de giro. Já as pequenas empresas solicitaram mais financiamento para capital de giro associado a investimento. E as médias empresas solicitaram mais financiamento para novos investimentos.

Como a insuficiência de garantias é uma das principais razões para a não obtenção de financiamento pelas micro, pequenas e médias empresas, procurou-se verificar o conhecimento dos respondentes sobre

Tabela 08 – Porte da empresa vs finalidade do financiamento

PORTE	FINALIDADE					
	Capital de giro		Investimento		Capital de giro associado a investimento	
	n	%	n	%	n	%
Microempresa	49	63,6	26	41,9	55	38,2
Pequena Empresa	19	24,7	20	32,3	71	49,3
Média Empresa	9	11,7	16	25,8	18	12,5
Total	77	100,0	62	100,0	144	100,0

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa. Fonte: Própria.

os quatro principais fundos garantidores: FGO, FDA, FGI e FAMPE. Os respondentes de 284 empresas (79,1%) declararam não conhecer os fundos. Dos 75 respondentes que afirmaram conhecer os fundos, o FGO é o mais conhecido e o FAMPE, o menos

“saldo médio insuficiente” e “garantias reais insuficientes”. A literatura aponta que a insuficiência de garantias reais é a maior barreira à concessão de financiamento bancário para as MPMEs. Para tentar minimizar esse problema, foram criados

Tabela 09 – Conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores

FUNDO GARANTIDOR	n	%
FGO – Fundo Garantidor de Operações	51	37,2
FDA – Fundo de Aval	34	24,8
FGI – Fundo Garantidor de Investimentos	34	24,8
FAMPE – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	18	13,2
Total	137	100,0

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa. Fonte: Própria.

conhecido (Tabela 09).

O conhecimento dos fundos garantidores por parte do micro, pequenos e médios empresários é muito baixo. As instituições responsáveis pela administração dos fundos precisam rever suas estratégias de divulgação. Elas não estão atingindo seu público-alvo.

Diversas análises complementares foram realizadas, cruzando as respostas com cargo e escolaridade dos respondentes, setor e porte das empresas. Não foram encontradas associações.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar as questões relativas à obtenção de financiamento bancário pelas micro, pequenas e médias empresas. A estatística descritiva indicou que 71% dos respondentes eram sócios das empresas e 85,2% tinham curso superior. A maioria das empresas está localizada na cidade de São Paulo e é do setor indústria. Por volta de 85% da amostra é formada por microempresas e pequenas empresas.

Duzentas e oitenta e três empresas tinham solicitado financiamento bancário na época da pesquisa. Cerca de 90% dessas empresas tiveram seu pedido de financiamento aprovado, mas apenas 57,6% conseguiu o valor total solicitado. As principais razões apontadas pelos bancos para não conceder o financiamento no valor solicitado foram:

os fundos garantidores de crédito. A pesquisa mostrou que o conhecimento desses fundos por parte dos respondentes é muito baixo e sugere deficiências na veiculação de informações por parte das instituições responsáveis pela administração desses fundos. Essas instituições não estão conseguindo atingir os empresários de micro, pequenas e médias empresas. As ações precisam ser revistas.

As operações mais realizadas quando a finalidade era capital de giro foram: empréstimo para capital de giro, cheque especial e desconto de duplicatas. Quando a finalidade era investimento, as operações mais realizadas foram: empréstimo para capital de giro, financiamento de máquinas, equipamentos e *softwares* e financiamento de veículos. A utilização de cheque especial, uma modalidade de financiamento mais cara, sugere dificuldade de acesso a outras modalidades de financiamento mais baratas. A utilização de empréstimos para capital de giro para financiar investimento e financiamentos de longo prazo para financiar capital de giro precisam ser melhor investigados.

As instituições financeiras utilizam os mesmos parâmetros de avaliação para conceder crédito às MPMEs e às grandes empresas. O segmento das MPMEs tem suas peculiaridades, que deveriam ser consideradas pelas instituições financeiras. Parâmetros diferentes poderiam ser utilizados na

avaliação de crédito das MPMEs.

A pesquisa apresenta algumas limitações. O método de amostragem empregado para selecionar as empresas da amostra é não probabilístico. Assim, não é possível generalizar os resultados encontrados para a população. O fato de o questionário da pesquisa ter sido preenchido pelo próprio respondente também é uma limitação.

Este estudo levantou um conjunto de informações sobre a questão da obtenção de financiamento bancário pelas MPMEs que poderão servir de base para a realização de outras pesquisas, ampliando o conhecimento existente sobre o segmento.

## 6. REFERÊNCIAS

ANNUAL REPORT ON EUROPEAN SMEs 2013/2014. 2014. *A partial and fragile recovery*. Disponível em: <<http://ec.europa.eu>>. Acesso em: 23/06/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da economia bancária e crédito**. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 01/07/2015.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Apoio às micro, pequenas e médias empresas**. Junho/2015. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 06/08/2015.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. *In: SANTOS, C. A. (Org.) Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: Sebrae, 2004.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **FGO e FGI – fundos garantidores de risco de crédito: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar**. Brasília: CNI, 2010.

DESENVOLVE SP. **Garantias**. 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvesp.com/empresas/guia-financiamento/garantias>>. Acesso em: 26/04/2015.

GANDRA, A. Desembolso do BNDES para micro, pequenas e médias empresas foi recorde em 2013. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 04/02/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 16/02/2015.

KERLINGER, F. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU, 1980.

LEMES JÚNIOR, A. B.; PISA, B. J. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, E. de O. As definições de micro, pequena e média empresas brasileiras como base para a formulação de políticas públicas. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – EGEPE, 2.*, 2001, Londrina. **Anais...** Londrina: EGEPE, 2001.

LONDON, J. Um mundo de pequenas e médias empresas. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios**. São Paulo, 14/07/2013. Disponível em: <<http://www.revistapegn.globo.com/colunistas/jack-london/noticia/2013/07/um-mundo-de-pequenas-e-medias-empresas.html>>. Acesso em: 29/01/2015.

MACHADO, H. V.; ESPINA, P. G. Considerações sobre a mortalidade de pequenas empresas. *In: MACHADO, H. V. (Org.) Causas de mortalidade de pequenas empresas: coletânea de estudos*. Maringá: Eduem, 2007.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Diálogo sobre empreendedorismo e competitividade para PMEs entre o Brasil e a União Europeia (PMEE-004): estratégia de mercado de capitais para PMEs brasileiras**. Brasília: CNI, 2013.

MORAIS, J. M. Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, PROGER e fundos constitucionais de financiamento. *In: NEGRI, J. A. de; KUBOTA, L. C. Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil*. Brasília: IPEA, 2008.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D.; LAMB, R. **Fundamentos de administração financeira**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. Brasília: Sebrae, 2007.

\_\_\_\_\_. O financiamento das micro e pequenas empresas (MPes) no Brasil. 2009. Disponível em: <[http://www.Sebraesp.com.br/arquivos\\_site/biblioteca/EstudosPesquisas/estudos\\_tematicos/financiamento\\_mpes\\_2009\\_jul\\_2009.pdf](http://www.Sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/estudos_tematicos/financiamento_mpes_2009_jul_2009.pdf)>. Acesso em: 02/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência das empresas**

□  
**no Brasil.** 2013. Disponível em:  
<[http://www.Sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia\\_das\\_em\\_presas\\_no\\_Brasil=2013.pdf](http://www.Sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_em_presas_no_Brasil=2013.pdf)>. Acesso em: 20/08/2015.

\_\_\_\_\_. **O financiamento dos pequenos negócios no Brasil.** 2014a. Disponível em:  
<[observatorio.Sebraego.com.br/midias/downloads/06112014152431.pdf](http://observatorio.Sebraego.com.br/midias/downloads/06112014152431.pdf)>. Acesso em: 02/04/2015.

\_\_\_\_\_. **O financiamento dos pequenos negócios no Brasil.** 2014b. Disponível em: <[observatorio.Sebraego.com.br/midias/downloads/01042015151955.pdf](http://observatorio.Sebraego.com.br/midias/downloads/01042015151955.pdf)>. Acesso em: 02/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** Fevereiro/2015. Brasília: Sebrae, 2015a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014.** Brasília: Sebrae, 2015b.

SOUZA, M. C. de A. F. de; MAZZALI, L. **Conceito e espaço da pequena empresa na estrutura industrial: heterogeneidade e formas de inserção.** *Gestão da Produção*, v. 15, n. 3, p. 591-603, set./dez. 2008.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harbra, 1981.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. *Credit rationing in markets with imperfect information.* *The American Economic Review*, v. 71, n. 3, p. 393-410, june 1981.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C. **Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo.** *Revista de Administração Pública – RAP*, v. 42, n. 1, p. 181-204, jan./fev. 2008.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos garantidores de crédito para micro e pequenas empresas: principais modelos, abordagens teóricas e alcance.** *In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*, 26., 2010, Vitória. *Anais...* Vitória: ANPAD, 2010.